

continuação

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80**33.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento**

	2019	Fluxos de caixa	Pagamento de Juros	Novos arrendamentos	Outros	2020
Empréstimos e financiamentos	2.030.255	405.378	85.001	-	406.011	2.756.643
Debêntures	1.432.739	-	74.841	-	91.834	1.449.732
Instrumentos financeiros derivativos	29.920	-	5.942	-	290.003	313.981
Passivos de arrendamento	20.188	(8.986)	-	9.859	629	21.690
Dividendos a pagar	22.120	(618.275)	-	-	662.714	66.559
Total	3.535.222	221.883	165.784	9.859	1.451.191	4.608.605

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

34 Compromissos futuros: Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2021	2022	2023	Após 2023 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2021 a 2032	2.250.085	2.710.169	2.884.193	34.658.816
Energia contratada (MhW)	2021 a 2032	11.634.226	12.114.249	12.594.223	128.988.018

(*) estimado 12 anos após 2023. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Arrendamentos e aluguéis (R\$ Mil)	Vigência	Após 2023 (*)			
		2021	2022	2023	2023
Sistema isolado (R\$ Mil)	2021 a 2027	437.738	475.577	369.741	360.806
Sistema isolado (MhW)	2021 a 2027	265.017	308.173	237.351	284.762

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN). **35 Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	30/04/2021	368.125
Responsabilidade civil geral - operações	30/04/2021	30.000
Seguro garantia judicial	(a)	505.947
Seguro garantia licitante	(b)	303.040
Automóvel	30/04/2021	(c)

(a) Apólices vigentes até 2025; (b) Apólices vigentes até 2021; (c) 91 veículos próprios segurados. **36. Eventos subsequentes: a) Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE referente aos recursos de PEE e P&D.** Em decorrência do art. 1º da Medida Provisória nº 998/2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública de 078/2020 para regulamentação dos recursos de projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética não comprometidos que serão destinados à modicidade tarifária. Conforme proposta apresentada pelo regulador nessa consulta,

a distribuição dos percentuais deve se alterar de modo a possibilitar a destinação dos recursos correntes à CDE, com efeitos a partir de setembro de 2020 quando foi publicada a Medida Provisória. Além disso, parte do passivo não comprometido, acumulado pelas empresas, deverá ser recolhido também para a CDE. No entanto, após a consulta pública, a Medida Provisória foi convertida na Lei Nº 14.120/2021 com algumas alterações acerca dos projetos a serem considerados no saldo comprometido e percentual mínimo a ser destinado aos projetos de P&D e EE. Cabe destacar que a forma de recolhimento e os valores envolvidos ainda não foram regulamentados pela ANEEL, que deverá emitir despacho somente após aprovação da conclusão da consulta pública em reunião de diretoria. **b) Repasse da Conta-Covid:** A última parcela de repasse da Conta-Covid foi deliberada por meio do Despacho 46/2021 da ANEEL, que reconheceu o montante de R\$118.620, recebido em 12 de janeiro de 2021, à ser considerado no fechamento contábil de janeiro/2021. **c) Dividendos adicionais:** Em 24 de março de 2021, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 436.397, decorrentes do resultado do exercício, e R\$ 80.860, sendo R\$ 66.272 aprovados e pagos através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de dezembro de 2020 e R\$ 14.588 de dividendos propostos, oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior (Presidente)
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima (Vice-Presidente)
Armando de Souza Nascimento

CONSELHO FISCAL

Titulares	Suplentes
Paulo Roberto Franceschi	Moacir Gibur
Saulo Tarso Alves de Lara	Claudia Luciana Ceccatto de Trota
Vanderlei Dominguez da Rosa	Ricardo Bertucci

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcos Antônio Souza de Almeida (Diretor Presidente)
Bruno Pinheiro Macedo Couto (Diretor)
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima (Diretor de Relações com Investidores)
Rubens Jose de Figueiredo Briseno (Diretor)
Tatiana Queiroga Vasques (Diretora); Tinn Freire Amado (Diretor)
Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador CRC PE 012996-O-3 S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, apresentados sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes em 24 de março de 2021, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Brasília, 24 de março de 2021. Paulo Roberto Franceschi; Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Infraestrutura da concessão:** Os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro,

continua